

LUSA

CIA: Carlos Coelho julga "exagerado" relatório de ONG e "suspeito" interesse por Portugal

O Eurodeputado Carlos Coelho estimou hoje "exagerado" o relatório de uma organização de direitos humanos britânica, segundo o qual mais de 700 prisioneiros de Guantanamo passaram por Portugal, e considerou "suspeito" o interesse pelo caso português.

"Como português, não posso deixar de achar um pouco curioso que se faça um sublinhado excessivo sobre a violação potencial do espaço aéreo para o transporte de prisioneiros (em Portugal) e não se investigue pelo menos com a mesma determinação as outras alegações que envolvem países europeus e que são muito mais graves", afirmou.

Carlos Coelho, que presidiu à comissão temporária do Parlamento Europeu que durante mais de um ano averiguou o chamado caso dos "voos da CIA", lembrou designadamente que desse trabalho resultou claro que houve países europeus "que foram coniventes com a instalação de prisões secretas" (presume-se que pelo menos no caso da Polónia e Roménia), outros com a expulsão de pessoas (Suécia e Itália), e outros que destacaram agentes secretos para fazer o acompanhamento de interrogatórios ilegais (aparentemente o caso da Alemanha).

O deputado apontou ainda a título de exemplo a revelação de que o governo britânico aprovou uma interpretação jurídica, que classificou como "altamente condenável", que legitima as informações obtidas através de tortura desde que não seja o próprio país a fazê-la, para questionar por que razão as organizações não-governamentais como a britânica Reprieve, que divulgou segunda-feira o relatório sobre Portugal, não se debruçam mais sobre estes casos.

"Gostaria que as mesmas ONG (organizações não governamentais), com o mesmo vigor, estivessem interessadas em esclarecer essas alegações, muito mais graves. Não sei (por que não o fazem), mas acho suspeito o quadro deste trabalho", declarou, acrescentando não saber "se se pretende fazer de Portugal o mal-comportado, quando há casos mais graves".

"Não gosto de fazer processos de intenção e por isso não quero tentar descortinar as razões. Agora que me parece suspeito, parece-me", reforçou o eurodeputado do PSD.

Quanto ao conteúdo do relatório da Reprieve, segundo o qual "728 de 774 prisioneiros" que deram entrada na base militar norte-americana de Guantanamo em Cuba "foram transportados através de jurisdição portuguesa", em dezenas de voos entre 2002 e 2006, Coelho disse ter sérias reservas sobre estes números, lembrando que o relatório do Parlamento Europeu aponta para um máximo de 100 casos.

"Fala-se agora em 700 prisioneiros, que é praticamente toda a população que já esteve em Guantanamo. Acho um pouco exagerado presumir que a totalidade da população de

Guantanamo tenha passado por Portugal", disse.

Carlos Coelho defendeu que é também necessário fazer a distinção entre "rpto ilegal e a transferência de prisioneiros legítimos feitos em teatro de guerra", considerando que a ONG britânica está a "misturar alhos com bugalhos".

Apesar das dúvidas sobre o teor do relatório e as suspeitas quanto à sua intenção, Carlos Coelho admitiu que o documento o impressionou e vem "provar que o PE tinha razão quando dizia que era necessário investigar mais".

"Horrorizou-me sobretudo pela descrição concreta de nove casos que revelam as torturas a que foram submetidos e que não podem deixar de ferir a sensibilidade de qualquer pessoa", disse.

ACC.

Lusa/fim

CIA: Ana Gomes e Carlos Coelho esperam que inquérito do Ministério Público seja conclusivo

Bruxelas, 29 Jan (Lusa) - Os eurodeputados Carlos Coelho e Ana Gomes disseram hoje esperar que o inquérito do Ministério Público à alegada utilização de Portugal para voos ilegais de transporte de presos da CIA seja conclusivo, reafirmando confiança na Justiça portuguesa.

O assunto voltou a estar na ordem do dia com a divulgação, segunda-feira, de um relatório da organização de direitos humanos britânica Reprieve segundo o qual mais de 700 prisioneiros de Guantanamo passaram por território português, em dezenas de voos entre 2002 e 2006, e os dois deputados afirmaram esperar que o inquérito em Portugal faça luz sobre estas alegações.

Carlos Coelho presidiu à comissão temporária do Parlamento Europeu que durante mais de um ano averiguou as alegadas detenções e voos ilegais da CIA (serviços secretos norte-americanos) no espaço europeu, e Ana Gomes, que integrou essa comissão, fez uma das participações à Procuradoria-Geral da República que levaram à abertura de um inquérito pelo Ministério Público (a outra foi do jornalista da VISÃO Rui Costa Pinto).

A deputada europeia do PS reiterou hoje em Bruxelas a sua "confiança no trabalho dos Procuradores envolvidos", sublinhando que transmitiu à Procuradoria-Geral da República "todos os elementos" que tem tido, incluindo "indícios" concretos da passagem de presos por território português, embora sem a dimensão do relatório da ONG britânica, que - assinalou - também encaminhou para a PGR assim que o recebeu, segunda-feira.

"Não quero e não posso antecipar aquilo que a PGR vai dizer (...) Vou aguardar pelas conclusões desse inquérito, que aliás, segundo a imprensa, estará para breve", disse.

Por seu turno, Carlos Coelho disse esperar que o inquérito "seja conclusivo" e sublinhou também que prestou toda a colaboração, cabendo à Procuradoria "analisar os dados que tem".

"Eu sempre acreditei na Justiça portuguesa e continuo a acreditar, e pela minha parte colaborei activamente em tudo aquilo que a senhora Procuradora me pediu, designadamente facultando informação classificada que tinha sido classificada por decisão minha (como presidente da comissão temporária) e que pude desclassificar para dar à Justiça portuguesa", declarou.

"Espero que a Justiça portuguesa ajude a fazer luz sobre este assunto", concluiu o eurodeputado social-democrata.

Fonte da PGR indicou na semana passada à agência Lusa que a decisão final sobre o inquérito-crime aberto em Fevereiro de 2007 está para breve.

"As investigações continuam, prevendo-se uma decisão final a curto prazo", indicou então fonte da PGR.

Na ocasião da abertura do inquérito, a procuradora-geral adjunta, Cândida Almeida, que chefia o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), explicou que o inquérito criminal, aberto contra desconhecidos, serviria para averiguar eventuais situações de "tortura ou tratamentos desumanos e cruéis" sobre prisioneiros suspeitos de terrorismo internacional.

ACC/CC.

Lusa/Fim